



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

131

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331410-5

COMARCA: Goiana

APELANTE: Município de Goiana

APELADA: Maria Lucia Ribeiro da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. VENCIMENTOS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 16/99. ALTERAÇÕES NA LEI ESTADUAL Nº 6.123/68. APLICABILIDADE IMEDIATA NO ÂMBITO MUNICIPAL. IMPOSSIBILIDADE. AUTONOMIA DO ENTE FEDERATIVO. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. No mérito, consignou-se que a Lei Municipal nº 1.574/89 (art. 1º) expressamente determina a aplicação, no âmbito municipal, do Estatuto dos Servidores Estaduais (Lei Estadual nº 6.123/68). 2. Assim, o direito da autora à percepção dos quinquênios (respeitado o prazo prescricional), não poderia ser automaticamente suprimido em razão das modificações operadas na legislação estadual, diante da imprescindibilidade da edição de Lei Municipal que extinga a referida vantagem. 3. Anotou-se merecer reparo o *decisum* de primeiro grau na parte que condenou o Município na “*implantação na remuneração da parte autora dos 04 quinquênios reclamados*”. Isso pelo caráter *ultra petita* da carga condenatória imposta a esse título, visto que a autora/apelada, pleiteou a implantação de *03 quinquênios*. 4. Nesse cenário, tem-se que o ato sentencial deve ser adequado aos limites do pedido inicial. 5. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a: (i) determinar que a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre a condenação imposta à Fazenda Pública seja efetuada de acordo com a regra constante do art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, ou seja, mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros das cadernetas de poupança; (ii) limitar a condenação do Município às verbas expressamente pleiteadas na inicial, qual seja: implantação na remuneração da parte autora dos 03 quinquênios reclamados, mantendo íntegros os demais termos da sentença *a quo*.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0331410-5, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331410-5  
COMARCA: Goiana  
APELANTE: Município de Goiana  
APELADA: Maria Lucia Ribeiro da Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença proferida nos autos da Ação Ordinária NPU 0000157-36.2010.8.17.0660, que julgou procedente em parte o pedido da autora, ora apelada, nos seguintes termos:

“Posto Isto, resolvo o feito com apreciação de mérito, na forma do art. 269, I, CPC c/c a Lei Municipal nº 1.574/89, para e passo com o empréstimo da Lei Estadual nº 6.123/68, vigente em 30 de agosto de 1989, logo, **julgo procedente, em parte, o pedido inicial**, ao tempo em que confirmo a antecipação dos efeitos da tutela inicial concedida, logo, determino implantação na remuneração da parte autora dos 04 quinquênios reclamados – adicional de tempo de serviço -, condeno a parte Ré a ressarcir a parte autora, os valores não pagos a serem apurados em liquidação de sentença, acrescidos de juros aplicados à caderneta de poupança, devidamente corrigidos pela tabela da ENCOGE, a partir do vencimento de cada parcela.

Proclamo a prescrição, das verbas reclamadas anteriores a 29 de janeiro de 2005, vez que passada há mais de 05 (cinco) anos da data do ajuizamento da ação a teor do o Decreto nº. 20.910/32 c/c inc. IV, art. 269, CPC.

Custas e honorários reciprocamente suportados, na forma do art. 21, CPC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Com o trânsito em julgado, com ou sem recurso voluntário remeta-se à instância superior, com nossas homenagens”.

No caso em tela, sustenta a autora/apelada ser servidora pública municipal desde 03/09/1990, de modo que teria completado o período aquisitivo para percepção de quatro quinquênios, mas, no entanto, viria recebendo apenas um desses adicionais por tempo de serviço.

Por tais razões, recorreu às vias judiciais para a percepção dos adicionais por tempo de serviço a que alega fazer jus, asseverando ter o Município deixado de conceder e pagar o 2º; 3º; e 4º quinquênios nas datas de 02/09/1995, 02/09/2000 e 02/09/2005 (fls. 03), em conformidade com o art. 1º da Lei Municipal nº 1.574/89, que adotou a Lei Estadual nº 6.123/68 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco) para os servidores do Município de Goiana.

Ressalta, ainda, que “a *Emenda Constitucional Estadual nº16/99 revogou algumas gratificações e garantias da Lei Estadual nº 6.123/68, dentre elas (...) os quinquênios*” e o Município de Goiana, “*considerou automaticamente extinto o quinquênio dos seus servidores em razão da mutação legislativa estadual sem produzir lei municipal própria para esse fim*” (fls. 04).



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

No apelo voluntário, argúi o Município (fls. 90/100) que: (i) houve a supressão do direito aos quinquênios com o advento da Emenda à Constituição Estadual nº 16/99, de 04.06.1999; (ii) a própria lei orgânica do Município, que previa a gratificação por tempo de serviço, foi posteriormente alterada, suprimindo tal direito, bem como que a gratificação reclamada não encontra guarida na LC nº 18 de 22 de dezembro de 2009 - Estatuto do Servidor Público de Goiana; (iii) o débito referente às verbas salariais devidas à apelada teria sido contraído pela administração anterior, sendo que o respectivo pagamento, sem prévio empenho, afrontaria a Lei nº 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); (iii) o Administrador Público está vinculado ao princípio da legalidade (art. 37, *Caput*, CF/88), *"estando adstrito à observância da lei, não podendo se afastar dessa regra constitucional, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade civil ou criminal, conforme o caso"*.

Por fim, pleiteia a aplicação do artigo 1º - F da Lei nº 9.494/97.

Contrarrazões às fls. 106/109, pugnando pela manutenção da sentença vergastada.

O Ministério Público com assento neste Tribunal absteve-se de ofertar parecer, por não vislumbrar a existência de interesse público primário a ensejar a intervenção do *Parquet* (fls. 122/123).

Ê o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 05 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



132  
r

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331410-5  
COMARCA: Goiana  
APELANTE: Município de Goiana  
APELADA: Maria Lucia Ribeiro da Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

A questão trata de pagamento do adicional por tempo de serviço (quinqüênio) à servidora pública municipal de Goiana.

Pois bem.

O referido adicional foi instituído pela Lei Municipal nº 1.574/89 (fls.45), que, adotando os dispositivos da Lei Estadual nº 6.123/68, assegurou aos servidores públicos municipais, dentre outras vantagens, o adicional por tempo de serviço.

Ocorre que o fato de o Município ter adotado para os seus servidores o estatuto dos servidores públicos estaduais, mediante remissão à Lei Estadual nº 6.123/68, não torna automática a alteração do regime local por força de alteração superveniente das normas estaduais.

Isso porque o texto constitucional dispõe que os entes federados são autônomos e, portanto, não devem ser regidos por disposições oriundas de entes diversos, sob pena de ofensa ao pacto federativo.

Sobre o tema, durante o julgamento do Agravo de Instrumento nº 0182857-3, esta Corte de Justiça dirimiu a questão nos termos seguintes:

"[...] diante da autonomia político-administrativo-financeira de que gozam os entes públicos pertencentes à Federação Brasileira, não é razoável se admitir, sobretudo no que atine às disposições legais que regem os servidores públicos, que a modificação de legislação de ente público estranho, importará a imediata incorporação ao campo das normas jurídicas de ente diverso.

Em casos tais, em respeito à aludida autonomia, mister se faz que haja a manifestação do Poder Legislativo respectivo, a fim de que este se pronuncie e, se positivo o pronunciamento, confira legitimidade e legalidade exigidas para emprestar força coercitiva à norma jurídica incorporada ou aceita no ordenamento jurídico local.

Pensar o contrário, é pensar, por exemplo, que criando a União determinado benefício aos seus servidores, este deverá ser automaticamente estendido aos demais servidores estaduais e municipais que compõem a Federação, sem deliberação alguma dos demais entes federativos".

Percebe-se, com isso, que, mesmo diante das alterações levadas a cabo pelo legislador estadual, o adicional por tempo de serviço em exame, denominado quinqüênio,



133  
r

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

continua vigente em relação aos servidores municipais, até que a norma legal (municipal) competente o revogue, nos termos art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (antiga LICC).

É válida a alegação do Município de que a Administração Pública está vinculada ao princípio da legalidade, justamente por isso, contudo, não pode o Município eximir-se de aplicar a legislação ainda vigente para seus servidores.

No ponto, anoto a questão já foi enfrentada por esta Corte de Justiça, em diversas ocasiões, orientando-se na mesma direção da fundamentação acima articulada.

A título exemplificativo, apresento os seguintes arestos:

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. VENCIMENTOS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIOS. EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 16/99. ALTERAÇÕES NA LEI ESTADUAL Nº 6.123/68. APLICABILIDADE IMEDIATA NO ÂMBITO MUNICIPAL. IMPOSSIBILIDADE. AUTONOMIA DO ENTE FEDERATIVO. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS.** 1. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não o pagamento de quinquênios à autora/agravante, em conformidade com o art. 1º, da Lei Municipal nº 1.574/89, a qual adotou a Lei Estadual nº 6.123/68 para os servidores do Município de Goiana. 2. A Lei Municipal nº 1.574/89 (art. 1º) expressamente determina a aplicação, no âmbito municipal, do Estatuto dos Servidores Estaduais (Lei Estadual nº 6.123/68), assim, o direito da agravante à percepção dos quinquênios não poderia ser automaticamente suprimido em razão das modificações operadas na legislação estadual (ECE nº 16/99), diante da imprescindibilidade da edição de Lei Municipal que extinga a referida vantagem. 3. Precedentes apontados desta Corte de Justiça: 259385-3; 262819-9; 262844-2; 263210-0; 271095-8; 271096-5; 271097-2; 271099-6; 271102-8; 271103-5; 271106-6; 271108-0, 271290-3, 273194-4 e 290066-9. 4. Recurso provido por maioria de votos.

(Agravado 0001056-68.2009.8.17.0660 (313412-1) Relator do Acórdão Des. José Ivo de Paula Guimarães 1ª Câmara de Direito Público 1ª Câmara de Direito Público 29/10/2013 14:00:00)

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. MODIFICAÇÕES OPERADAS NA LEI ESTADUAL Nº 6.123/69. APLICABILIDADE IMEDIATA NA ESFERA MUNICIPAL. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INSTRUMENTAL IMPROVIDO.** 1. Não incide óbice legal para a concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública, uma vez que a pretensão do agravado não é relativa à reclassificação, equiparação ou aumento salarial de servidores públicos, posto que o mesmo requer tão somente a reposição dos valores que estariam sendo pagos a menor em seus proventos, não indo de encontro às vedações previstas na Lei nº 9.494/97. 2. Direito da agravada à percepção do Adicional por Tempo de Serviço, não obstante a extinção da aludida gratificação pela Emenda Constitucional Estadual nº 16/996. 3. As modificações operadas na Lei Estadual nº 6.123/69 não se aplicam automaticamente aos servidores do Município de Goiana, haja vista que a supressão do aludido adicional na esfera municipal, torna-se



134

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

imprescindível e edição de lei pelo respectivo ente político, obedecendo ao processo legislativo regular, sob pena de violação o postulado constitucional da simetria e da paridade das formas. 4. Agravo de instrumento improvido por maioria.

(Agravo de Instrumento 0002376-96.2009.8.17.0000 (182917-4) Goiana 00000571820098170660 Relator do Acórdão Ricardo de Oliveira Paes Barreto 8ª Câmara Cível 11/3/2010 14:00 Publicação 63)

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIANA. A SUPRESSÃO DO BENEFÍCIO NO ÂMBITO ESTADUAL NÃO PODE PRODUZIR EFEITOS DE FORMA AUTOMÁTICA NA ESFERA MUNICIPAL. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO PACTO FEDERATIVO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/97. RECURSO IMPROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS. 1.A municipalidade agravante, no exercício de sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, CF), dentre os quais inclui-se a organização do serviço público e do regime jurídico dos servidores, editou a Lei Municipal nº 1.574/99, adotando expressamente, em seu art. 1º, os dispositivos da Lei Estadual nº 6.123/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco) no que diz respeito ao Plano de Classificação de Cargos e Salários. 2.Por sua vez, a Lei Estadual nº 6.123/68, em seu art. 166, assegurava aos servidores efetivos a gratificação adicional por tempo de serviço. 3.Ocorre que, com o advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, restou suprimido o Adicional por Tempo de Serviço previsto no art. 166 da Lei Estadual nº 6.123/68, o que levou o Município agravante a, automaticamente, também suprimir tal direito dos seus servidores. 4.É certo que a abolição do benefício no âmbito municipal não poderia ter se processado de forma automática, isto é, sem a produção de lei municipal própria para este fim, uma vez que, como cediço, os municípios são entes federativos dotados de uma autonomia própria que se consubstancia nas capacidades de auto-organização, autogoverno, auto-administração e auto-legislação. 5.Desta feita, a aplicação automática das modificações operadas na Lei Estadual nº 6.123/68 aos servidores do Município ora agravante implica em flagrante violação aos princípios de pacto federativo e da simetria. 6.Por maioria de votos, negou-se provimento ao Agravo de Instrumento.

(Agravo de Instrumento 0009765-35.2009.8.17.0000 (193572-2) Goiana 00009795920098170660 Relator do Acórdão José Ivo de Paula Guimarães 8ª Câmara Cível 17/12/2009 14:00 Publicação 30)

Em seqüência, e no que tange à **atualização monetária** das parcelas atrasadas, impende respeitar o princípio *tempus regit actum*, assegurando a aplicação da Lei Federal nº 11.960/2009 *a partir da respectiva vigência*, nos termos da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (em sede de *Recurso Especial* submetido ao regime dos recursos repetitivos):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA





135,

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA VIGÊNCIA. EFEITO RETROATIVO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de aplicação imediata às ações em curso da Lei 11.960/09, que veio alterar a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas "condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", quais sejam, "os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança".
2. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência.
3. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser aplicada imediatamente aos feitos em curso.
4. Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente.
5. No caso concreto, merece prosperar a insurgência da recorrente no que se refere à incidência do art. 5º da Lei n. 11.960/09 no período subsequente a 29/06/2009, data da edição da referida lei, ante o princípio do tempus regit actum.
6. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.
7. Cessam os efeitos previstos no artigo 543-C do CPC em relação ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.086.944/SP, que se referia tão somente às modificações legislativas impostas pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, alterada pela Lei 11.960/09, aqui tratada.
8. Recurso especial parcialmente provido para determinar, ao presente feito, a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos.  
(REsp 1205946/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 02/02/2012)

Finalmente, em sede de **reexame necessário**, merece reparo o *decisum* de primeiro grau na parte que condenou o Município na *"implantação na remuneração da parte autora dos 04 quinquênios reclamados"*.

Isso pelo caráter *ultra petita* da carga condenatória imposta a esse título, visto que a autora/apelada, pleiteou a implantação de 03 quinquênios (fls.10).

Todavia, o Juízo de 1º grau condenou o réu na *"implantação na remuneração da parte autora dos 04 quinquênios reclamados"*.



136

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ocorre que os artigos 128 e 460 do Código de Processo Civil dispõem:

“Art. 128. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte”

“Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.”

Nesse cenário, reconheço que o ato sentencial proferido pelo Juízo de primeira instância deve ser adequado aos limites do pedido inicial.

No sentido, o Colendo STJ já se manifestou:

“RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CONDENAÇÃO A VALOR SUPERIOR AO REQUERIDO. JULGAMENTO ULTRA PETITA. DECOTE DO EXCESSO. NECESSIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. VALOR DA CONDENAÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. SUMULA N. 306/STJ.

1. Não há por que falar em violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.

2. A sentença ultra petita é defeituosa porque o juiz, ao decidir o pedido, vai além dele e concede ao peticionário mais do que o requerido. Para a correção do vício deve ser decotado o excesso verificado.

3. Nas demandas em que o provimento jurisdicional tem natureza condenatória, o parâmetro que há de servir de base para o cálculo da verba honorária é o valor da condenação, e não o valor da causa.

4. Havendo sucumbência recíproca, o valor dos honorários advocatícios deverão ser compensados, a teor do disposto na Súmula n. 306 do STJ.

5. Recurso especial conhecido em parte e provido.

(REsp 816.732/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2010, DJe 11/02/2010) (Grifei).

Ante o exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a: (i) determinar que a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre a condenação imposta à Fazenda Pública seja efetuada de acordo com a regra constante do art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, ou seja, mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros das cadernetas de poupança; (ii) limitar a condenação do Município às verbas expressamente pleiteadas na inicial (fl. 10, item I), qual seja a implantação na remuneração da parte autora dos 03 quinquênios reclamados, mantendo íntegros os demais termos da sentença *a quo*.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator